

CONTRIBUIÇÕES DA PRÁTICA REGULAR DE EXERCÍCIO FÍSICO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

CONTRIBUTIONS OF REGULAR PHYSICAL EXERCISE PRACTICE FOR PEOPLE WITH PHYSICAL DISABILITIES

Raquel Nascimento de Souza e Adrieli Bueno Lunelli

RESUMO

Falar sobre deficiência, apesar de muitas discussões em diversos âmbitos, é sempre uma temática inovadora. Este trabalho tem o objetivo analisar a importância dos exercícios físicos na melhoria do desempenho funcional e qualidade de vida das pessoas com Deficiência Física, onde, perpassa pelos conceitos e definições de pessoa com deficiência, dos diferentes tipos de deficiência, descrevendo a importância dos exercícios físicos para pessoas com deficiência física. Assim, através dos levantamentos bibliográficos, buscados nas plataformas Lilacs, Google acadêmico, pubmed e scielo, por meio de revisão de literaturas que apresentam a temática, foi possível concluir que a prática, regular e orientada, de exercícios físicos, contribui para o desenvolvimento global de pessoas com deficiência melhorando sua capacidade motora e de desenvolvimento das atividades cotidianas. Sabemos que as dificuldades existem e são muitas. Portanto é necessário que haja mudanças e adaptações para aceitação e inclusão de pessoas com deficiência e especificidades.

Palavras-Chave: Exercício Físico; Deficiência Física; Inclusão; Saúde.

ABSTRACT

Explain about disability, despite many discussions in several areas, is always an innovative topic. This work aims to analyze the importance of physical exercises in improving the functional performance and quality of life of people with Physical Disabilities, where it goes through the concepts and definitions of people with disabilities, the different types of disabilities, describing the importance of physical exercises for people with physical disabilities. Thus, through bibliographic surveys, searched on Lilacs, Google academic, pubmed and scielo platforms, through literature review that present the theme, it was possible to conclude that the regular and oriented practice of physical exercises contributes to the global development of people with disabilities improving their motor skills and the development of daily activities. We know that difficulties exist and there are many. Therefore, there must be changes and adaptations for the acceptance and inclusion of people with disabilities and specificities.

Keywords: Physical Exercise; Physical Disability; Inclusion; Health.

Data de recebimento: 28/06/2022.
Aceito para publicação: 25/11/2022.

1 INTRODUÇÃO

A prática regular de exercícios físicos promove uma série de benefícios, benefícios estes que vão além da esfera física, remetem à qualidade de vida. Diante da perspectiva que tem se apresentado no mundo, a valorização à saúde nos seus mais diversos aspectos tem sido uma busca constante, neste trabalho trataremos especificamente do público de pessoas com deficiência física.

Diante destas indagações este trabalho se justifica em pesquisar a importância de atividades e exercícios físicos para pessoas com deficiência física e a melhoria de aspectos funcionais e desempenho em seu cotidiano. Nesse sentido o trabalho tem o objetivo de analisar a importância da prática regular de exercícios físicos na melhoria do desempenho funcional das pessoas com Deficiência Física, no decorrer do trabalho apresenta-se o conceito e definições de pessoa com deficiência e os diferentes tipos de deficiência, trazendo pesquisas que comprovem a eficácia dos exercícios físicos para pessoas com deficiência física.

Para a realização deste trabalho utilizou-se como metodologia a pesquisa bibliográfica, pois como elucida Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com

base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Buscando assim desde o embasamento para os conceitos apresentados ao resultado das análises de eficácia do exercício físico ao público alvo desta pesquisa.

2 DEFICIÊNCIA, O QUE É?

Falar sobre deficiência, apesar de muitas discussões em diversos âmbitos sociais, é sempre uma temática atualizada, e para isso é necessário que conheçamos as terminologias adequadas ao referir-nos às pessoas e tipos de deficiência na qual essas pessoas podem ser acometidas. Usar ou não usar termos técnicos corretamente não se trata de uma questão sem importância, e, segundo Sassaki (2003), se desejamos falar ou escrever construtivamente, numa perspectiva inclusiva, sobre qualquer assunto de cunho humano, faz-se necessário o conhecimento e uso adequado dessas terminologias. Segundo o autor (ibidem) a terminologia correta é especialmente importante quando abordamos assuntos tradicionalmente eivados de preconceitos, estigmas e estereótipos.

Para Marquazan (2009) o termo deficiente é tomado, no sentido metonímico, para “designar as pessoas nomeadas com deficiência, portadoras de deficiência e/ou com necessidades especiais” (p. 12). Historicamente até a década de 1980 eram utilizados termos aleijado, defeituoso, incapacitado e inválido. O termo “deficiente” passou a ser utilizado por influência do Ano Internacional e da Década das Pessoas Deficientes estabelecido pela ONU a partir de 1981, outro momento importante a se destacar é que em meados dos anos 1980 as expressões “pessoa portadora de deficiência” e “portadores de deficiência” passou a serem utilizadas, mas foi por volta da metade da década de 1990 que a terminologia até hoje utilizada foi estabelecida pessoas com deficiência.

Araújo (2011), ao tratar sobre o direito das pessoas com deficiência, apresenta que o direito à igualdade faz-se necessário, pois “surge como regra de equilíbrio dos direitos das pessoas com deficiência” (p.49), e complementa que a constituição, que pode ser passível de várias interpretações, deve primar, obrigatoriamente, pelo princípio da igualdade para que, assim, seja possível entender que as pessoas com deficiência não requerem lhes seja conferida o princípio da igualdade.

Para entendermos sobre os conceitos trazemos a definição de acordo com o Decreto 3.298/99 (BRASIL, 1999) que, em seu art. 3, conceitua o termo deficiência como “toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, filosófica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano”, já a Lei nº 13.146/2015, denominada Lei Brasileira da Inclusão - LBI (BRASIL, 2015) em seu artigo 2º, considera pessoa deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, a fim de que não haja obstrução de sua participação de forma plena e efetiva na sociedade para que haja igualdade de condições, assim como às demais pessoas. (BRASIL, 2015).

Para Silva (2001), os termos designados servem apenas para caracterizar pessoas que diferem não se enquadram no padrão considerado normal para o ser humano devido a suas disfunções orgânicas, físicas, sensoriais, ou mentais, ou, define, ainda, como pessoas que nasceram com ou adquiriram um déficit intelectual, físico ou orgânico - o que não as impede de serem respeitadas enquanto cidadãos com direitos e deveres.

Aranha(2003) apresenta que a compreensão sobre deficiência, tem se modificado ao longo da história, sendo um processo contínuo que tem agregado mudanças de valores e contribuído para a quebra de paradigmas que, historicamente, permeiam e fazem-se presentes na sociedade.

Sabe-se que há estigmas e preconceitos enraizados na sociedade acerca das

peças com deficiência, que por muito tempo foram considerados como um obstáculo ao desenvolvimento humano, por isso era excluído, pela facilidade e comodidade em mantê-los longe de qualquer tipo de convivência social, não acarretando também em custos para educá-los e sociabilizá-los (FONSECA, 1995).

Sasaki (2003) nos apresenta um interessante contraponto entre os institutos da integração e da inclusão, ao afirmar que “a inclusão, diferentemente da integração, não exige que o ônus da participação recaia apenas sobre as pessoas com deficiência e sim que seja dividido com a sociedade” o que nos faz refletir que para que, de fato, haja inclusão é necessária mudança, no sistema, na sociedade, nas concepções, para que todas as pessoas, seja com deficiência ou não, estejam juntas e incluídas a fim de realizar as atividades próprias do ser humano, e como o foco deste trabalho, atividades que levem à saúde e bem estar.

Nesse viés, a inclusão vem para que ocorra a inserção dessas pessoas com deficiência na sociedade, de acordo com a limitação de cada um, de modo que todos tenham acesso igualitário a todos os serviços fornecidos levando em consideração cada especificidade.

3 CONHECENDO OS CONCEITOS DE DEFICIÊNCIA E A RELAÇÃO COM A PRÁTICA DE EXERCÍCIOS FÍSICOS

Cada vez mais observa-se a busca pela prática de atividades e exercícios físicos na sociedade, e a necessidade de adaptação e conhecimento do público que é denominado “grupos especiais”, dentre estes temos as pessoas com deficiência que tem buscado na melhoria da qualidade de vida visando estimular suas potencialidades e possibilidades, em prol de seu bem-estar físico e psicológico por meio de exercícios, atividades e esportes. De acordo com Villela (2015), uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em parceria com o Ministério da Saúde, apontou que 6,2% da população brasileira têm algum tipo de deficiência, neste levantamento é apontado que 1,3% da população têm algum tipo de deficiência física.

A Lei Brasileira de Inclusão - LBI, Nº 13.146/2015, conceitua pessoa com deficiência:

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015 p. 1)

E podemos entender melhor este conceito nas definições apresentadas no decreto 3.298 de, 20 de dezembro de 1999 (BRASIL, 1999):

I - deficiência física-alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, tri paresia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II- Deficiência auditiva-perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz;

III-deficiência visual-cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

IV-Deficiência mental – funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas (BRASIL, 1999)

Cada tipo de deficiência requer uma atenção e um atendimento individualizado que favoreça suas peculiaridades e seus aspectos de acessibilidade. Segundo a LBI (BRASIL, 2015) acessibilidade está relacionada à possibilidade e condição de alcance para utilização, “com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias” e complementa “bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida”. Visando remover ou minimizar barreiras de acesso arquitetônica, urbanística, atitudinal, de comunicação, favorecendo a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso a lugares e ou informações.

Para Cândido, Santos e Mário (2007), existem várias barreiras que dificultam e até inibem pessoas com deficiência, como por exemplo calçadas, ruas, acessos, seja na entrada e/ou permanência em estabelecimentos, tanto públicos quanto privados. A falta de acessibilidade arquitetônica e estrutural contribuem para um quadro de exclusão e desigualdade. Essas barreiras arquitetônicas podem diminuir oportunidades que beneficiam a promoção da saúde física e mental de pessoas com deficiência.

É perceptível, em noticiários, meios de informação, redes sociais, entre outras formas de comunicação o aumento pela busca e pela discussão de temáticas voltadas à saúde e qualidade de vida com práticas regulares de exercícios físicos, Marcelino (2003), explana que não é novidade que os benefícios da atividade física são de grande contribuição para a saúde dos indivíduos nos mais diversos aspectos: físico, social e psicológico e complementa que atividades como musculação, ginástica aeróbica, natação, entre outras, são cada vez mais procuradas em academias com o objetivo de promover um estilo de vida saudável.

Na relação entre exercício físico e pessoas com deficiência física, são minimamente participantes de clubes, aulas de educação física, academias, e espaços de lazer, podemos concluir que há barreiras desde estruturais à atitudinais, como falta de espaços adequados e adaptados a necessidades de acessibilidade ou falta de conscientização social.

Para buscarmos entender as necessidades e adaptações razoáveis a cada indivíduo, é necessário conhecer as classificações da deficiência física, objeto de estudo deste trabalho.

As deficiências físicas, em uma perspectiva biológica, são definidas em nível motor por um comprometimento do aparelho locomotor com envolvimento do sistema osteoarticular, muscular e do sistema nervoso. Diehl (2006 apud SOUSA, 2015) apresenta suas diferentes classificações quanto ao nível de comprometimento, a natureza, causa e topografia.

Podem ter tido suas origens nos músculos, ossos e articulações ou de lesões neurológicas; ser temporária ou permanente; aguda ou crônica progressiva ou não progressiva. Quanto à classificação topográfica, as deficiências físicas são classificadas em: paraplegia – perda total das funções motoras dos membros inferiores; paraparesia – perda parcial das funções motoras dos membros inferiores; monoplegia – perda total das funções de um só membro inferior ou superior; monoparesia – perda parcial das funções de um só membro inferior ou superior; tetraplegia - perda total das funções motoras dos membros superiores e inferiores; tetraparesia – perda parcial das funções motoras dos membros superiores e inferiores; triplegia – perda total das funções motoras de três membros; triparesia – perda parcial das funções motoras de três membros; hemiplegia – perda total

funções motoras de um hemisfério do corpo; hemiparesia – perda parcial das funções motoras de um hemisfério do corpo; amputação – perda total de um determinado segmento de um ou mais membros (DIEHL, 2006 apud SOUSA, 2015 p.14).

Diante das especificidades apresentadas, deve-se levar em consideração o histórico e o comprometimento do indivíduo que será atendido, para isso um princípio integrador da inclusão são as atividades adaptadas, sejam elas desportos ou atividades individualizadas. Para Costa e Sousa (2004) a educação física é uma das áreas do conhecimento que mais se desenvolveu nos últimos anos em relação à especificidade de atendimento às pessoas com deficiência, e destacam, ainda, que foi percebendo a diferença e valorizando principalmente a potencialidade desse público “que estes avanços puderam ser materializados” (p. 31) e citam como exemplo a concretização dos Jogos Paraolímpicos.

Para Carmo (1991):

A UNESCO estabelece que a prática da Educação Física é um direito fundamental de todos e que os programas devem dar prioridade aos grupos menos favorecidos no seio da sociedade (Carta Internacional de Educação Física de Desportos 1978); a Educação Física e o Desporto evidenciam o potencial das pessoas portadoras de deficiência, influenciando positivamente no processo de autoimagem e valorização das mesmas pela sociedade; as pessoas portadoras de deficiência têm demandado cada vez mais a participação em atividades de Educação Física, Desportos e Lazer (CARMO, 1991, p. 145)

Segundo Noce, Slmim e Mello, (2009), estudos demostram que pessoas com deficiência que praticam atividade física, apresentam escore maiores nos aspectos ambientais, físicos, sociais e psicológico quando comparados a pessoas com deficiência que não praticam atividade física.

Lucas (2010) diz que a prática de atividade física por pessoas com deficiência lhes proporciona, desde estimular sua independência ou mesmo sua autonomia, melhora sua socialização com outras pessoas, sua valorização e autoestima, sem falar na melhoria de suas funções funcionais, que é desde o aparelho circulatório, digestivo, respiratório e vários outros. Mesmo as pessoas com deficiência que precisam de auxílio para a realização de exercícios devem ter em mente que ele é o grande responsável por cuidar de seu corpo. Independente da atividade que escolher, é essencial que se faça sempre algo que goste e que dê prazer em sua realização.

É importante ressaltar que as atividades físicas para as pessoas com deficiência física são prescritas de acordo com classificação funcional de cada um e, por mais que hajam limitações, as adaptações proporcionam condições de realização de vastas opções de modalidades esportivas e de práticas de exercícios físicos.

4 MATERIAL E MÉTODOS

Esta pesquisa, com cunho bibliográfico, se baseia em materiais já publicados sobre o assunto, para Gil (2002, p.44), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.”

Com base nos procedimentos técnicos definidos pela pesquisa bibliográfica, buscamos por meio de revisões de literatura, artigos científicos, periódicos e demais produções científicas, coleta de dados em pesquisas já existentes acerca dos benefícios e melhoria do desempenho funcional de pessoas com deficiência física a partir da prática de Exercícios físicos, por meio das plataformas de busca Scielo, Google acadêmico, Lilacs e pubmed.

Foram consideradas produções que traziam a temática que se assemelha este estudo, não com objetivo de repetir informações, mas auxílio para reforçar os resultados já obtidos em pesquisas de mesmo cunho.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Embasado no conteúdo abordado na construção desta pesquisa apresentamos os benefícios da prática regular de exercício físico, benefícios que vão além da esfera física, a qualidade de vida, como afirma Noce, Simim e Mello (2009), em sua pesquisa, que diz respeito ao grau de satisfação de um indivíduo com os múltiplos aspectos da sua vida física, psicológica, social e ambiental.

São notórios os benefícios nas mais diversas esferas a partir da prática orientada de atividades físicas relacionados com os aspectos metabólicos, musculares, osteoarticular e cardiorrespiratório, melhorando o desempenho funcional das atividades diárias, assim como aspectos emocionais como, segundo resultados da pesquisa de Noce, Simim e Mello (2009), de redução dos níveis da ansiedade, do estresse e da depressão; melhora no humor; aumento do bem-estar físico e psicológico; melhor funcionamento orgânico geral e disposição física e mental.

A pesquisa de Zuchetto e Castro (2002), foi realizada com 18 participantes, do sexo masculino, com deficiência física, com objetivo de analisar as contribuições das atividades físicas para a qualidade de vida deste público, a pesquisa foi realizada por meio de questionário e apresnetou em seus resultados que 55% do público realiza a atividades físicas, com frequencia de 3 vezes poor semana entre 1 horas e 1 hora e meia por dia, estes praticantes relataram melhoria da resistencia física, fortalecimento da musculatura, promoção da integralção social e do bem estar geral. Concluindo que há recomendação da prática constantemente de exercícios físicos pois sugerem melhorias tanto no aspecto físico quanto psicológico.

Zuchetto e Castro (2002) apresenta, ainda, que a força muscular, resistência cardiovascular e flexibilidade são reduções comuns em pessoas com deficiência física se comparados à pessoas sem deficiência, e complementa que um programa de exercícios físicos que promovem condicionamento muscular possibilitam um maior índice de massa corporal, e consequentemente melhor composição corporal, além disso a inclusão de exercícios de flexibilidade que aumentam amplitude articular e previnem lesões do aparelho músculo- esquelético.

Outra pesquisa que apresenta resultados satisfatórios, quanto à prática de exercícios físicos, é a de Noce, Simim e Mello (2009), que em um estudo, de observação de 12 semanas de prática de exercícios físicos, objetivou analisar a percepção do nível de qualidade de vida de pessoas com deficiência física. Participaram do estudo 20 pessoas, do gênero masculino, divididos em dois grupos, sedentários e ativos, a coleta de dados deu-se por meio de questionário de dados demográficos e o World Health Organization Quality of Life (WHOQOL-Bref), tendo como resultados que o grupo Ativo apresentou escores mais elevados na qualidade de vida em todas as dimensões (física, psicológica, social e ambiental) do instrumento, concluindo que o nível de qualidade de vida dos participantes ativos foi melhor do que a dos Sedentário.

Cabe salientar que em ambas as pesquisas os participantes citaram dificuldades de acesso e opções acessíveis nas localidades que moravam. Noce, Simim e Mello (2009) destacam que “é importante destacar que algumas outras variáveis, como o trabalho-renda, o nível de instrução e a moradia” foram fatores que fatores que considerados como contribuição para melhor nível da qualidade de vida a favor das pessoas com deficiência física ativos.

Assim, através dos estudos analisados percebemos a necessidade de ofertar às

peças com deficiência práticas que a incluam e potencializem a prática de exercícios físicos a fim de promover saúde e qualidade de vida. Sabendo que apesar dos avanços da educação física em nosso país, ainda há a necessidade de novas políticas públicas no que se diz respeito à inclusão.

5 CONCLUSÕES

A partir das discussões e resultados apresentados neste trabalho, concluímos a importância e necessidade da prática regular de exercícios físicos considerando os benefícios nos aspectos físico e psicológico para as pessoas com deficiência física, contribuindo, também, para melhoria na execução das atividades diárias e melhor aproveitamento das capacidades funcionais.

Destaco, ainda, como contribuição, a necessidade de espaços acessíveis e profissionais que atendam as especificidades deste público com visão de respeito às diferenças, buscando alternativas e criando condições necessárias para que isso ocorra.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Salete Fábio Trabalho e emprego: Instrumento de Construção da Identidade Pessoal e Social. Brasília, 2003. disponível em <https://iparadigma.org.br/wp-content/uploads/Ed-inclusiva-122.pdf>. acesso em 10 de maio de 2022

ARAUJO, Luiz Alberto David. A proteção Constitucional das pessoas portadoras de deficiência. 4. ed., rev., ampl. e atual. Brasília: Ed Corde, 2011.

BRASIL. Decreto Nº **3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Congresso Nacional, 2015.

CÂNDIDO, D. L.; SANTOS, G. B. dos.; MÁRIO, R. C. C.M. Cidadania: inserção dos deficientes físicos no mercado de trabalho. Novos Horizontes: Belo Horizonte, 2007.

CARMO, Apolônio Abadio do. **Deficiência Física: A sociedade brasileira cria, “recupera” e discrimina**. Brasília: Secretaria dos Desportos, 1991.

COSTA, Alberto Martins da. SOUSA. Sonia Bertoni. **Educação física e esporte adaptado: história, avanços e retrocessos em relação aos princípios da integração/inclusão e perspectivas para o século XXI**. Rev. Bras. Cienc. Esporte, Campinas, v. 25, n. 3, p. 27-42, maio 2004. Disponível em <http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/236/238>. Acesso em 02 de junho de 2022.

FONSECA, C.C.R. **acessibilidade e inclusão em bibliotecas**: estudo de caso. Trabalho publicado. 1995

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

LUCAS, M. **Benefícios da atividade física na sua saúde**. Saúde e Bem Estar. 2010.

MARQUEZAN, Reinoldo. **O deficiente no discurso da legislação**. Campinas, SP: Papyrus, 2009.

NOCE, Franco. SIMIM, Mario Antonio de Moura. MELO, Marco Túlio de. A Percepção de Qualidade de Vida de Pessoas Portadoras de Deficiência Física pode ser Influenciada Pela Prática de Atividade Física? In: **Rev Bras Med Esporte** – Vol. 15, No 3 p. 174-178 – 2009. Disponível em
<<https://www.scielo.br/j/rbme/a/tvJkfY3Fg6hNDzVxwMg6SzH/?lang=pt&format=pdf>>
Acesso em 12 de junho de 2022

SASSAKI, Romeu Kazumi. Educação profissional e emprego de pessoas com deficiência mental pelo paradigma da inclusão. In: OLIVEIRA, Maria Helena Alcântara de et al. **Trabalho e deficiência mental: perspectivas atuais**. Brasília: Apae-DF, 2003.

SILVA, M.M.P. da. **O Portador de altas habilidades na visão de professores da educação infantil e do ensino fundamental**. 2001. Dissertação (Mestrado) - UNESA, Rio de Janeiro.

SOUSA. Neide Maria Fernandes Rodrigues de. **A pessoa com deficiência física: representações sociais de alunos usuários de cadeiras de rodas sobre a escolarização e as implicações no processo formativo**. 2015. Tese de Doutorado 203p. Universidade Federal do Pará – Instituto de Ciências da Educação - Programa de pós Graduação em Educação. Belém - 2015. Disponível em
http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/8376/1/Tese_PessoaDeficienciaFisica.pdf.
Acesso em 16 de maio de 2022.

VILLELA, Flávia. IBGE: 6,2% da população têm algum tipo de deficiência. Reportagem da Agência Brasil. Exibida em: 21 ago 2015 às 11h:22 min. Rio de Janeiro. Disponível em:
<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-08/ibge-62-da-populacao-tem-algum-tipo-de-deficiencia>. Acesso em 10 de maio de 2022.

ZUCHETTO, Angela Terezinha. CASTRO, Rosângela Laura Ventura Gomes de. As Contribuições das Atividades Físicas para a Qualidade de Vida dos Deficientes Físicos. **Revista Kinesis** 2002; nº 26, 52-68. disponível em
<https://periodicos.ufsm.br/kinesis/article/view/8010/4793>> Acesso em 10 de maio de 2022.